

O Boletim de Conjuntura (BOCA) publica ensaios, artigos de revisão, artigos teóricos e empíricos, resenhas e vídeos relacionados às temáticas de políticas públicas.

O periódico tem como escopo a publicação de trabalhos inéditos e originais, nacionais ou internacionais que versem sobre Políticas Públicas, resultantes de pesquisas científicas e reflexões teóricas e empíricas.

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público proporciona maior democratização mundial do conhecimento.



BOLETIM DE CONJUNTURA

BOCA

Ano IV | Volume 11 | Nº 31 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

ISSN: 2675-1488

<https://doi.org/10.5281/zenodo.6551658>



GUERRA DA UCRÂNIA: OTAN E RÚSSIA COMO EXPRESSÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR

*Artur Bispo dos Santos Neto**

Resumo

O presente texto pretende apontar como o complexo industrial-militar busca desesperadamente desempenhar um papel essencial na perspectiva de bloquear o movimento descendente da economia norte-americana no contexto de hipertrofia do capital financeiro. A recorrência ao complexo industrial-militar na crise estabelecida na Ucrânia revela que a anexação da ex-URSS ao mundo capitalista não atenuou as contradições do sistema do capital. Nesse processo, a Ucrânia é um mero joguete na correlação de forças estabelecida entre as duas maiores potências militares do mundo. Para compreender o movimento ascendente da OTAN nos tempos hodiernos e o crescimento do complexo industrial-militar na Rússia, recorrer-se-á às contribuições de autores como Luiz Alberto Bandeira, Telma Luzzani, Ronald Steel, entre outros que tratam da temática numa perspectiva crítica.

Palavras chave: Burguesia Russa. Capital Financeiro. Espoliação. Estados Unidos da América. Imperialismo.

Abstract

The present text intends to point out how the military-industrial complex desperately seeks to play an essential role in the perspective of blocking the downward movement of the North American economy in the context of financial capital hypertrophy. The recurrence of the military-industrial complex in the crisis established in Ukraine reveals that the annexation of the former USSR to the capitalist world has not mitigated the contradictions of the capital system. In this process, Ukraine is a mere pawn in the balance of forces established between the two greatest military powers in the world. In order to understand the ascending movement of NATO in modern times and the growth of the industrial-military complex in Russia, we will resort to the contributions of authors such as Luiz Alberto Bandeira, Telma Luzzani, Ronald Steel, among others who deal with the theme from a critical perspective.

Keywords: Finance Capital. Imperialism. Russian Bourgeoisie; Spoliation. United States of America.

INTRODUÇÃO

A debacle da ex-União Soviética e do bloco “socialista”, entre 1989 e 1991, levou os ideólogos do capital, como Francis Fukuyama, a afirmarem o fim da história e a impossibilidade de alguma espécie de alternativa ao sistema do capital. O fim do mundo bipolarizado pela Guerra Fria deveria servir para a absoluta hegemonia do imperialismo norte-americano; no entanto, o movimento dialético da história contrapõe-se radicalmente aos preceitos teleológicos e nem sempre obedece às idiossincrasias impostas pelas personificações do capital.

O fim do mundo bipolar não resultou num itinerário regular e ascendente para a economia norte-americana, e muito menos na constituição das condições essenciais para o capital deslocar suas contradições. O poder de Wall Street, enquanto manifestação da hipertrofia do capital financeiro,

* Professor Associado da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). E-mail para contato: artur.neto@ichca.ufal.br



implicou um caminho tortuoso e ziguezagueante para o neoimperialismo norte-americano, revelando que o capital não consegue se autorreproduzir sem intensificar a exploração da classe trabalhadora internacional e instituir novos processos de expropriações.

As concessões liberalizantes realizadas pelos soldados do capital instalados no Kremlin (na década de 1990) foram insuficientes para assegurar um itinerário ascendente ao neoimperialismo norte-americano no Leste Europeu e na Eurásia. As vicissitudes da imposição da fragmentação das 15 repúblicas soviéticas reverberam de múltiplas formas, encontrando no complexo industrial-militar¹ a forma predominante do capital deslocar suas contradições, revelando a sua natureza essencialmente destrutiva.

A OTAN E O IMPERIALISMO NORTE-AMERICANO

A dialética capitalista internacional conduziu os Estados Unidos à condição de maior potência mundial com o fim da Segunda Guerra Mundial, passando de 14 bases militares espalhadas no mundo, para 30 mil bases militares; o Japão derrotado sozinho detinha mais de 3.800 bases militares norte-americanas (LUZZANI, 2012, p. 93). Eles se aproveitaram da fragilidade da Europa, desmantelada pela Grande Guerra, para assegurar seus negócios adentrando em seu espaço geopolítico, num contexto de derrocada das forças neofascistas pelos exércitos de resistência franceses, italianos etc. Esse poderio bélico achava-se fortemente articulado à política econômica de investimento na recuperação europeia, impondo sanções aos processos de reconstrução que tivessem participação de uma esquerda mais sistemática e de representantes dos partidos comunistas (França e Itália).

A presença das tropas norte-americanas serviu para demarcar posição e ocupação territorial asseguradas com o Tratado de Washington ou Tratado de Atlântico Norte (NATO/OTAN), em abril de 1949, sob a justificativa da necessidade de impedir o expansionismo do “comunismo” representado pela União Soviética. O referido tratado, sob a égide norte-americana, contou com a participação da Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Islândia, Itália, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, Reino Unido e, posteriormente, da Alemanha Ocidental (1955) e Espanha (1982). Escreve Bandeira (2016, p. 129): “Aliança Atlântica, estabelecida como coalizão política, em uma integrada organização militar, sob as ordens do Supremo Comando do Pentágono”. No fundo, a OTAN tinha como propósito impedir que a União Europeia se tornasse uma potência militar e econômica.

¹ O referido termo ganhou notoriedade nos Estados Unidos, em que o presidente Dwight D. Eisenhower salientou, em seu discurso de despedida, a intricada unidade persistente entre Estado, industriais e forças armadas com incomensurável poderio de delinear a arquitetura de sua política externa belicista. A aliança não tem nada de informal, pois constitui-se como elemento basilar para o aprimoramento do desenho da ubiquidade do capital sobre o trabalho e sobre as organizações proletárias em todo o mundo (BARAN; SWEEZY, 1978).



A necessidade de assegurar a defesa da Europa Ocidental contra a invasão soviética assegurou a expansão do sistema financeiro norte-americano na Europa, especialmente do National City Bank. A defesa dos preceitos da democracia tinha como fio condutor a política de ascendência do dólar como moeda de transação internacional, estabelecida pelo Acordo de Bretton Woods. A bipolarização era o ingrediente ideológico necessário para justificar a expansão do complexo industrial-militar e nutrir a necessidade de segurança da Europa Ocidental fragilizada ante a ameaça “comunista”. A corrida armamentista drenou os recursos soviéticos para o complexo destrutivo do capital, distanciando-se cada vez mais dos propósitos estabelecidos pela revolução operário-camponesa de 1917.

O poder da OTAN transcendeu suas fronteiras iniciais após a queda do muro de Berlim (1989) e as inusitadas concessões liberalizantes realizadas por Mikhail S. Gorbachev, que admitiu a associação da Alemanha unificada à aliança atlântica, em troca da bravata de George H. W. Bush (1989-1993) de não transpor os limites fronteiriços da antiga Alemanha Oriental. O colapso da ex-União Soviética (1991), perpetrado pelas reformas ensejadas pela *perestroika* (reestruturação) e pela *glasnost* (transparência) do secretário-geral do Partido Comunista, resultaram no desmantelamento do Pacto de Varsóvia, condicionado a que a Alemanha Oriental não iria se militarizar e a OTAN não cooptaria os países do Pacto de Varsóvia para seu campo de influência. Isso não aconteceu, pois Polônia, Hungria e Tchecoslováquia aderiram ao Pacto em 1999.

O crescimento da OTAN para além das fronteiras estabelecidas perpassou a década de 1990, investindo belicamente contra a Bósnia e a Herzegovina, na “Operação Força Deliberada” (1995), quando instalou mais de 60 mil homens no seu território. Em seguida, fortaleceu o movimento interno de independência da província de Kosovo da República da Iugoslávia (Sérvia). Nesse conflito, a OTAN destruiu Belgrado após 78 dias de bombardeios, a despeito dos protestos inócuos da Rússia. Desse modo, iniciou-se o processo de esquarteramento da Iugoslávia pela OTAN, em que mais de 200 mil sérvios foram expatriados.

A OTAN e os Estados Unidos manipularam os albaneses islâmicos para apropriar-se dos abundantes recursos naturais (chumbo, zinco, prata, níquel, cobalto, ouro, cádmio, bauxita, ferro-níquel, carvão, magnésio) de Kosovo, visando atender aos interesses econômicos das corporações transnacionais lideradas pelos bilionários George Soros, Eliot Engel, Frank Wisner, e ainda pelo americano-albanês Sahit Muja, “proprietário da Bytyci Company e seu sócio em tráfico de armas e lavagem de dinheiro, em negócios da ordem de US\$ 1 trilhão” (BANDEIRA, 2016, p. 129). Não à toa, no final do conflito, a OTAN criou uma força especial, denominada Kosovo Forces, mediante a edificação de uma das bases militares mais avançadas do Pentágono, Camp Bondsteel – com 300 edifícios, campos de esportes, igreja, biblioteca, hospital nos seus 84 quilômetros cercados de arrame



farpado, mais 14 torres de vigilância. A referida base serviria para assegurar os interesses econômicos das transnacionais norte-americanas aglutinadas na construção do oleoduto Trans Balkan, da multinacional Brown & Root Services Corporation (subsidiária da Halliburton) (LUZZANI, 2012, p. 2016). A ocupação das tropas da OTAN de Trepça Mines, ao norte da cidade de Mitrovice, no Kosovo, viabilizou a privatização de todas as suas reservas naturais, representando mais de US\$ 1 trilhão (BANDEIRA, 2016).

Na primeira década do século XXI, sete novos países do Leste Europeu aderiram ao tratado: Estônia, Letônia, Lituânia, Eslováquia, Romênia, Bulgária, Eslovênia (2004), Albânia, Croácia (2009) e Montenegro (2017). Assim, a OTAN alcançou a adesão de trinta países. Nesse processo, a Rússia foi considerada inimiga central dos interesses imperialistas norte-americanos, a despeito da completa adesão ao capitalismo e sua submissão aos imperativos do FMI e à tutela econômica do capital financeiro e seu complexo industrial-militar.

O teatro da guerra ganhou fôlego com os atentados de 11 de setembro no Wall Street Center nos EUA; a luta contra o terror reciclou a corrida armamentista, antes alimentada pela bipolarização da Guerra Fria. A despeito das rivalidades, a necessidade de combater o inimigo invisível do terrorismo alimentou os acordos de cooperação entre OTAN e Rússia. Desse modo, foram projetadas ações objetivando combater o terrorismo, o narcotráfico continental, os desastres naturais, os conflitos étnicos e as ameaças à democracia. No entanto, a ameaça russa continuava sendo o *leitmotiv* da sobrevivência da OTAN.

Steel (1998, p. 16) afirma que a OTAN “proporciona aos EUA não apenas uma presença militar contínua na Europa, mas também uma alavancagem política naquela região”. Sob o manto de guardião da segurança e da democracia, a OTAN assegurou os interesses de suas corporações financeiras (Chase Manhattan Bank, JPMorgan, Morgan Stanley, National City Bank of New York, Bank of America, Wells Fargo etc.) e das suas multinacionais petrolíferas.

Ao aderirem à OTAN, os países europeus assinaram um cheque em branco para que os Estados Unidos instalassem cem bombas nucleares em seus territórios. A Federação de Cientistas Americanos e o Centro de Controle e Não Proliferação de Armas afirmam que essas bombas estão distribuídas da seguinte maneira: “15 bombas em Kleine Brogel, na Bélgica; 15 bombas em Büchel, na Alemanha; 20 bombas em Aviano, na Itália; 15 bombas em Ghedi, na Itália; 15 bombas em Volkel, na Holanda; 20 bombas em Incirlik, na Turquia (ARREGUY, 2022, p. 2).

O poderio bélico norte-americano não parou de crescer depois da queda do muro de Berlim (1989) e do colapso da ex-URSS (1991). O fim da bipolarização não implicou na redução de sua corrida armamentista para investir em políticas sociais; pelo contrário, elas ganharam novos corolários na



perspectiva de assegurar a aplicação das políticas neoliberais e os interesses do capital financeiro. Segundo Luzzani (2012, p. 231): “Quando derrubou o Muro de Berlim, os EUA tinham oficialmente 650 bases militares na parte do mundo que dominava (o que excluía a ex-URSS, Europa Oriental, o golfo Pérsico, China, Índia, Vietnã, Coreia do Norte, entre outros)”. Em 2009, os EUA possuíam 909 bases militares espalhadas em 46 países aliados, com mais de 190 mil soldados e 115 especialistas na arte da guerra. Seu arsenal nuclear tem capacidade para eliminar mais de sete vezes todas as espécies de vida na face da Terra (LUZZANI, 2012).

Além dos EUA, quatro países possuem armas nucleares: Rússia, China, França e Reino Unido. Há países que realizaram testes nucleares: Índia, Paquistão, Coreia do Norte e Israel. A África do Sul – assim como Bielorrússia, Cazaquistão e Ucrânia – possui armas nucleares e foi pressionada para abdicar de suas posses pelas potências imperialistas.

A capacidade de mútua destruição (*Mutual Assured Destruction* – MAD) dos EUA e da Rússia está no fato de serem detentoras do poder nuclear. Os diversos conflitos bélicos que ocorreram depois da Segunda Guerra Mundial jamais foram protagonizados por nações portadoras de armas nucleares. Um conflito envolvendo somente 1% do poder explosivo existente e pronto para disparo nos arsenais nucleares dos Estados Unidos seria capaz de promover uma “mortandade maior que todas as batalhas da Segunda Guerra Mundial e destruiria o clima global por uma década ou mais, com efeitos ambientais que poderiam devastar tudo sobre a face da Terra” (BANDEIRA, 2016, p. 117).

A complexa explosão de uma ogiva termonuclear “poderia causar severa radiação que danificaria centenas de milhas além da área da detonação; e tais armas, empregadas em uma *all-out war*, assolariam toda a Terra ou grande parte dela, tornando-a inabitável” (BANDEIRA, 2016, p. 117). A devastação da Rússia pelos Estados Unidos implicaria a completa modificação climática do planeta, eliminando definitivamente as estações anuais, alterando radicalmente as colheitas e dizimando de fome toda espécie viva; destruiria também os Estados Unidos e a Europa. No entanto, qualquer espécie de ataque norte-americano (OTAN) ao território russo pode ser respondida na mesma proporção, pois a Rússia modernizou completamente seu sistema defensivo, desenvolvendo mísseis intercontinentais MIRV R-36 e os SS-18 com capacidade de penetrar em diversos sistemas de defesa mediante ogivas, atingindo alvos a 6.200 milhas; bem como mísseis supersônicos (P-800 Oniks) e balísticos Topol-M, RS-24 Yars e RS-26 Rubezh; além de sistemas antimísseis e antiaéreos, bombardeiros estratégicos e artilharia aérea, aviões supersônicos em nada inferiores aos da OTAN (BANDEIRA, 2016).

Os investimentos na modernização do complexo industrial-militar estão articulados à reconstrução de bases estratégicas no círculo do Ártico para se proteger da expansão da OTAN nas Repúblicas do Báltico (Estônia, Lituânia e Letônia) e ainda conta com bases militares no leste da



Bielorrússia, na Armênia, Tajiquistão, Quirguistão e Crimeia (BANDEIRA, 2016). A conquista do território russo é uma tarefa praticamente impossível de ser alcançada pela dimensão e adversidade territorial, como demonstraram no passado as tropas napoleônicas e nazistas.

A abertura para o capitalismo colocou a Ucrânia numa situação dramática, pois sua dívida pública passou de 550 milhões de dólares, em 1992, para 30 bilhões, em 2007, como um claro resultado de sua subserviência às políticas neoliberais impostas pelos organismos internacionais e pelos bancos europeus (Deutsche Bank, Credit Suisse e Depfa). O *status* da Ucrânia era de *default* absoluto de suas contas; sua principal empresa estatal, a Naftogaz, “devia US\$ 2,4 bilhões à Gazprom – que despachava o gás da Rússia para a União Europeia” (BANDEIRA, 2016, p. 289), em 2014. O *default* da companhia chegou ao montante de 33 bilhões de dólares.

A Ucrânia foi exaurida pelos acordos com organismos internacionais (FMI e Banco Mundial), que impuseram uma redução drástica nos subsídios de energia e nos programas sociais, o fortalecimento dos bancos privados e o aprofundamento das privatizações. Como o presidente Yanukovich não tinha como cumprir o pagamento do acordo de 2011, o empréstimo de 15,2 bilhões de dólares foi cancelado em 2013.

Para impedir a Ucrânia de continuar flertando com a OTAN e o livre comércio europeu, o governo Vladimir Putin impôs um conjunto de sanções que resultaria num prejuízo de 500 bilhões de dólares aos negócios ucranianos. A economia exaurida da Ucrânia precisava estabelecer uma ponte de conciliação com a Rússia para recuperar-se economicamente. No entanto, a assinatura do acordo com a Rússia, em 2013, que possibilitaria sua recuperação econômica, promoveu um elevado recrudescimento da oposição organizada por agentes infiltrados da CIA, financiados pela Open Society Foundations do bilionário George Soros e pelas transnacionais Chevron e Royal Dutch-Schell.

As manifestações organizadas por Oleh Tyahnybok, líder do Svoboda (Partido da Liberdade), da extrema direita nacionalista, e Arsenly Yatsenyuk, do Partido da Pátria, objetivavam fazer o pêndulo da política ucraniana voltar-se diretamente para os interesses do mercado europeu. Os manifestantes da Praça Maidan eram milicianos da organização de extrema direita Svoboda; alguns usavam armas e trajes com emblema da SS Galitzia, recorrendo às insígnias neonazistas. A esta organização se somaram os ultranacionalistas do Svoboda, neonazistas do Setor de Direita, o batalhão Azov, Patriotas da Ucrânia e outros grupos fascistas sob o comando de Dmytro Yarosh (BANDEIRA, 2016).

O *putsch* que destituiu do poder o presidente Viktor Yanukovich, em 22 de fevereiro de 2014, em Kiev (Ucrânia), contou com suporte ostensivo de Washington, que assegurou sua substituição pelo preposto da extrema direita. A derrubada de Yanukovich resultou na tomada da Crimeia pelos russos e no desencadeamento de diversos confrontos do governo financiado pelos Estados Unidos com as forças



insurgentes forjadas em Donetsk, Luhansk, Gorlovka e Makeyevk. A luta contra as forças golpistas resultou na independência das províncias de Donetsk e Luhansk.

O presidente atual da Ucrânia não passa de um funcionário e testa de ferro do bilionário Ihor Kolomoyskyi, dono de várias empresas transnacionais, do maior banco ucraniano e do canal de televisão que exibia o programa estrelado por Zelensky. O empresário bilionário é um opositor ferrenho de Vladimir Putin e financia as milícias neonazistas que combatem rebeldes russos em território ucraniano. Por sua vez, existem grupos análogos que apoiam Vladimir Putin dentro da Rússia, como afirma Alves (2022, p. 2):

Conservadores fundamentalistas, ultranacionalistas, pan-eslavistas, monarquistas e nazifascistas, são dezenas de grupos, pequenos partidos e milícias atuando no país e defendendo o ideário putinista de reconstrução da “Grande Rússia” e por uma “Nova Ordem Internacional”. Muitos desses grupos e ativistas também atuam em correntes do partido governante, o Rússia Unida.

Dessa forma, não é verdade que a ocupação russa da Ucrânia tenha como propósito combater as forças neonazistas ucranianas e terroristas apoiadas pela OTAN, porque o governo Putin também recorre a essas forças para impedir a constituição de uma alternativa ao capital no interior da Rússia. A luta ocorre muito mais no campo da disputa imperialista pela reconfiguração da ordem internacional que tem como propósito fundamental a espoliação das riquezas produzidas pelos trabalhadores ucranianos. Isso não significa desconsiderar as diferenças existentes entre os interesses da OTAN e os interesses russos.

Nesse cenário, a Ucrânia não passa de joguete nas mãos das duas grandes potências militares. Sua inserção na OTAN representaria o enclausuramento da estrutura defensiva e econômica russa, haja vista que depende das riquezas naturais da Ucrânia na produção armamentista e de sua posição geopolítica subserviente, devido à presença da base naval de Sevastopol, à necessidade de acesso ao mar Negro e do controle de seus canais de oleodutos e gás natural. A inserção da Ucrânia na OTAN não poderia ser considerada como um mero desvio de rota factível de ser contornado, posteriormente, pela Rússia. Nesse processo, a classe trabalhadora ucraniana precisa constituir uma alternativa para além do capital e dos interesses das duas maiores potências militares do mundo. A Ucrânia não deve ser mero joguete do lucro e da ambição das grandes corporações transnacionais e do complexo industrial-militar da OTAN e da Rússia.

AS ESPOLIAÇÕES E A MODERNIZAÇÃO DO COMPLEXO INDUSTRIAL-MILITAR RUSSO

As reformas neoliberais promulgadas por Mikhail S. Gorbachev e Boris Yeltsin (1991-1999) levaram à dissolução da União das Repúblicas Soviéticas (URSS) e sua fragmentação em 15 repúblicas



independentes (as do Báltico: Lituânia, Letônia e Estônia; as eslavas: Ucrânia, Moldávia e Belarus; as do Cáucaso e da Ásia Central: Armênia, Geórgia, Azerbaijão, Turcomenistão, Cazaquistão, Uzbequistão, Tadjiquistão, Quirquistão e a Rússia). A via errática de Boris Yeltsin foi iniciada com a concessão de 20 bilhões de dólares do FMI e Banco Mundial em 1992; essas concessões não pararam de crescer e endividaram completamente a economia russa na década de 1990.

A abertura da economia russa ao capitalismo foi um desastre; parte da burocracia passou à condição de autocracia burguesa mediante os processos de expropriação das riquezas coletivas decorrentes das privatizações das empresas estatais e coletivas, da transformação da terra em mercadoria e de um processo de desindustrialização imposto pelo capital financeiro que fez ampliar o pauperismo de 2% para 39% da população. As espoliações e os saques forjaram os grandes capitalistas endógenos (formados por três grupos distintos: gerentes das antigas empresas estatais e lideranças partidárias, gângsteres e banqueiros privados); já as reformas neoliberais impostas pelos organismos internacionais resultaram no desemprego de 25% da população, em hiperinflação e queda do PIB em 50% (GALVÃO, 2018). As concessões de Boris Yeltsin fizeram a fortuna de homens como

Vladimir Potanin, Boris Nemtsov, líder da União das Forças de Direita (Soyuz Pravykh Sil), Mikhail Khodorkovsky e Kakha Bendukidze, dono do grupo industrial Uralmash-Izhora, inter alia, foram alguns dos buccaneer, “robber barons”, que usurparam o poder e saquearam as riquezas do país. Cerca de 90% dos empresários registraram-se *offshore*, assim como a frota de navios russos, e em torno de US\$ 580 bilhões do setor privado emigraram para outros países. (BANDEIRA, 2016, p. 143).

A transição da Rússia para o capitalismo permitiu um processo colossal de espoliações das riquezas dos trabalhadores concentradas anteriormente no ente estatal. Homens como Vladímir Potanin apropriaram-se do controle de mais de vinte estatais da noite para o dia, alcançando, em 2014, uma fortuna de mais de 14 bilhões de dólares somente no exterior (BANDEIRA, 2016).

As concessões em cerca de 50% do complexo petrolífero levaram à privatização da Sibneft (OAO Siberian Oil Company) na Sibéria, comprada pela Finansovaya Neftyanaya Kompaniya (Finance Oil Corp), do oligarca Boris Berezovsky, por meros US\$ 100,3 milhões. O patrimônio de Roman Abramovich, em 2014, atingia a soma de US\$ 10,2 bilhões. Sob a influência e a orientação de Potanin, as estatais mais poderosas da Rússia foram privatizadas, entre elas: Yukos, Lukoil, Sibneft, Surgutneftegas, Novolipetsk Steel, Mechel, Norilsk Nickel etc. (BANDEIRA, 2016).

Na esfera financeira, a coisa não foi distinta; o principal espoliador das riquezas construídas pelos trabalhadores foi um ex-dirigente da Liga da Juventude Comunista, Mikhail Khodorkovsky, que abocanhou, pela mediação do banco Menatep, o controle da Apatit, empresa de fertilizantes, e da petroleira *Yukos Oil Company*, segunda maior empresa russa. Sua fortuna foi avaliada, em 2003, em



mais de US\$ 15 bilhões. No entanto, em 2005, Khodorkovsky foi preso, sob a acusação de massiva evasão de impostos e fraude, e a Yukos faliu um ano depois (BANDEIRA, 2016).

As reformas impostas por Boris Yeltsin na década de 1990 levaram a economia russa à depressão, com queda de 50% na sua produção e um crescimento vertiginoso do número dos bilionários – traficantes e estelionatários dos recursos públicos. O ponto de inflexão que interrompeu as reformas radicais para atender aos imperativos do capital financeiro foi o *crash* da Bolsa de Valores em 1998, que culminou na falência de mais de 1.500 bancos. A queda vertiginosa do rublo elevou o valor dos produtos essenciais à sobrevivência da classe trabalhadora, obrigando o Banco Central da Rússia a intervir na economia para impedir seu *blecaute* completo.

As promessas fetichistas de inserção no mundo capitalista resultaram numa depressão econômica semelhante à experimentada pelos Estados Unidos em 1929; os salários dos trabalhadores tiveram queda de 58% e os investimentos na produção caíram 81% (FIORI, 2018). A ampliação do déficit orçamentário estatal recaiu especialmente sobre os funcionários públicos, que tiveram seus salários suspensos.

A grave situação econômica e os ataques da OTAN à Iugoslávia/Sérvia defenestraram Yeltsin do Kremlin, deixando como substituto o coronel da antiga KGB e primeiro-ministro de seu governo, Vladímir Spiridónovich Putin. Um acordo estabelecido entre as distintas frações da burguesia assegurou, de forma bonapartista, os interesses endógenos e sufocou o descontentamento das massas, que começavam a sentir saudades do passado não capitalista.

Para superar a via errática do governo Yeltsin e sufocar o descontentamento popular, a própria burguesia, através de seus governos de plantão (Dimitri Medvedev e Vladímir Putin), reestatizou as principais empresas responsáveis pela exploração de gás natural e petróleo sem romper com o mercado.

Escreve Bandeira (2016, p. 151):

O Estado passa a assumir o controle de parte substancial da produção de gás e petróleo, com a aquisição de 75% da Sibneft, de propriedade do oligarca Roman Abramovich, pela Gazprom, que lhe pagou US\$ 13 bilhões, bem como de outras fontes de minério, colocando as companhias de energia completamente abertas e transparentes para os investidores.

Sob o controle estatal, a Gazprom tornou-se a maior exportadora de gás natural do mundo e a décima quinta maior empresa mundial, movimentando 15% das reservas de gás natural do planeta. Seus oleodutos chegam até a Áustria, Alemanha e França pelos oleodutos que passam pela Ucrânia e Bielorrússia; fornece ainda gás natural para Estônia, Finlândia e Lituânia. A Gazprom emprega mais 330 mil trabalhadores. As atividades dessa companhia estatal tornaram a Rússia o segundo maior produtor de gás mundialmente.



A Rosneft é uma empresa transnacional que opera em mais de cinquenta países e mantém a Rússia como a terceira maior economia na produção petrolífera. As estatais russas comandam setores distintos da economia, como finanças (VTB Bank, com 167 milhões de clientes no mundo e 377 mil funcionários), oleodutos (Sberbank e Transneft, maior empresa de oleodutos do mundo), energia (Rosseti e Lukoil, que emprega mais de 200 mil pessoas), aeroespacial e defesa (United Aircraft Corporation). Essas empresas estatais passaram a operar segundo a lógica do capital, permitindo que os setores privados atuassem como sócios “igualitários”.

O descontentamento popular, o *crash* de 1998 e a forte ameaça da OTAN impuseram a necessidade de a burguesia russa recorrer ao estilo bonapartista, elegendo Vladímir Putin como seu fiel escudeiro. A aliança bonapartista adotou uma posição distinta da cartilha dos organismos internacionais e aplicou as políticas ocidentais que emergiram depois do *crash* de 1929. A forma híbrida de administração do capital se revela na ascendência da presença estatal na economia, como mostra Bandeira (2016, p. 151):

O Estado passou a controlar quase 50% da economia, i.e., os setores estratégicos – empresas de energia, telecomunicações, metalurgia, indústria bélica e nuclear – e deixou para a iniciativa privada a produção de bens de consumo e a agricultura. O Estado, em 2012, controlava ainda 49% do setor bancário e 73% do transporte.

O PIB do país passou de 300 bilhões de dólares, no início do século, para 1,7 trilhão de dólares, em 2019 (MELLO, 2022). E longe duma possível ameaça aos preceitos do capital, a recuperação das empresas estatais do complexo energético e petrolífero reorganizou o complexo industrial-militar, como expressão modelar da natureza destrutiva do sistema do capital. Os gastos com o referido complexo aumentaram 12 vezes e elevaram a Rússia ao posto de segunda maior potência militar do mundo e segunda maior exportadora de armas na economia mundial, possuindo mais ogivas nucleares que os Estados Unidos (6.500 contra 6.300).

Os investimentos no complexo industrial-militar visaram essencialmente impedir o retorno à experiência “socialista” e atender aos interesses da velha camarilha burocrática transformada em burguesia. Para conter o impulso dos setores mais radicais, que combatiam as privatizações e o crescimento exponencial da miséria dos trabalhadores, o governo de Putin recorreu aos preceitos ideológicos do nacionalismo (bandeira vermelha sem a foice e o martelo), do patriotismo, do moralismo conservador (aliança com a Igreja Ortodoxa), da censura e ao fechamento de meios de comunicação, bem como à perseguição política aos seus opositores de esquerda. Para cooptar os setores pauperizados pelo capital – 20 milhões de pessoas vivem abaixo da linha da pobreza –, adotou uma série de políticas compensatórias.



A recuperação econômica foi viabilizada pela intervenção estatal na economia. A produção de *commodities* elevou o PIB a taxas acima de 5%, mas isso não alterou a estrutura capitalista centrada na acumulação de riqueza, de um lado, e na ampliação da pobreza, do outro. Este crescimento, benéfico para as classes dominantes, permitiu que o governo de Vladímir Putin recusasse as políticas de conciliação com a OTAN estabelecida pelo seu antecessor e iniciasse uma campanha a fim de obstaculizar seu expansionismo mediante ações militaristas na Chechênia, bem como recuperasse porções territoriais na Geórgia (2008) e promovesse a anexação da Crimeia (2014), região que pertencia à Ucrânia. As duas anexações foram uma resposta capitalista de Moscou à política de interferência dos Estados Unidos e da Europa Ocidental nas zonas de passagem de seus oleodutos de gás natural, petróleo e outros derivados, desvelando o caráter pan-eslavista da autocracia russa.

A tentativa dos Estados Unidos de controlar os territórios por onde passam os ricos mananciais petrolíferos e gasodutos russos para atender a suas transnacionais mediante o financiamento de unidades islâmicas (Estado Islâmico) na Ucrânia, Tunísia e Turquia, levou Moscou a apoiar Bashar Al-Assad na Síria (2014), pois era sabido que teriam de combater os terroristas da *al-Qa'ida*, vassalos da OTAN, posteriormente, em seu próprio território. Os Estados Unidos sempre estiveram envolvidos no tráfico de petróleo e armas (petrodólares), manipulando as ações dos grupos extremistas islâmicos para intervir no Oriente Médio e ampliar sua influência na Eurásia.

A participação dos russos na guerra da Síria mudou a correlação de forças – em que o pêndulo tendia invariavelmente para o lado norte-americano – e revelou um processo de reciclagem do ideário da grande “Rússia” czarista. A correlação foi alterada pela aliança tática e estratégica que a Rússia manteve com a China. É provável que isso tenha propiciado a completa modernização do poderio naval e aéreo russo, fartamente demonstrado nos conflitos da Síria e da Crimeia. Segundo Bandeira (2016, p. 31), “os mísseis cruzeiros supersônicos 3M-14T Kalibr, disparados a partir de corvetas e destróieres, no Mar Cáspio, e de submarinos, no Mediterrâneo, contra alvos na Síria, sobrevoam mais de 900 milhas (1.900 km), bem como os devastadores ataques aéreos empreendidos pelos jatos Sukhoi Su-34s e outros”. Os analistas da arte da guerra consideram esses mísseis superiores aos equivalentes estadunidenses.

Por fim, merece destaque a retomada das taxas de crescimento da Rússia nas duas primeiras décadas do século XXI, propiciada pelo *boom* das *commodities*, embora não alcancem os níveis que precederam à debacle da União Soviética e continuem muito distantes de oferta de melhores condições de vida à classe trabalhadora, pois as taxas de desemprego persistem elevadas e o número de pobres não para de crescer. As sanções econômicas impostas à Rússia pelas “potências atlânticas” a partir de 2014



devem se intensificar ainda mais com a Guerra da Ucrânia, a fim de atender aos interesses do grande capital de corporações petrolíferas como Shell, BP, Exxon Mobil, Total Energies, Equinor, Orsted, etc.

As retaliações têm como propósito propiciar uma profunda crise nos negócios das estatais para privatizá-las por valores irrisórios, como aconteceu com as petroleiras na Argentina, no México, no Brasil etc. Pior que o boicote anunciado pelas corporações transnacionais – montadoras de automóveis transnacionais (Ferrari, Daimler Truck, Renault, Volvo, Toyota, Ford, Harley-Davidson, GM e Jaguar Land Rover), fabricantes de aeronaves (Boeing e Airbus), administradoras de cartões (Visa, American Express e Mastercard), *commodities* agrícolas (Bunge, Archer-Daniels-Midland) e diversos outros setores – foi o congelamento unilateral dos Estados Unidos e da União Europeia dos ativos do Banco Central e do Fundo Soberano da Rússia no exterior, estimado em mais de 600 bilhões de dólares. Este montante é produto da exploração da classe trabalhadora russa; a riqueza produzida acaba sendo drenada para o exterior e serve aos interesses do capital financeiro.

As medidas adotadas estão em plena consonância com a política imperialista norte-americana do presidente Joe Biden, que anunciou a suspensão das importações de petróleo, gás e energia da Rússia. No entanto, as transnacionais estrangeiras não impedirão a Rússia de continuar funcionando, devido à sua relação com a China e à inflexão econômica realizada no começo do século XXI – diferentemente da totalidade das economias capitalistas, que estacionaram no estabelecimento das políticas impostas pelo “Consenso de Washington”. Desse modo, a Rússia passa a engrossar o caldo das nações que sofrem sanções dos Estados Unidos na perspectiva de deslocar as contradições do capital na etapa de aprofundamento da crise estrutural e da impossibilidade de o capital deslocar suas contradições sem recorrer à guerra em grande escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A deflagração de guerra contra a Ucrânia se inscreve como uma medida preventiva da autocracia burguesa russa, forjada pelos processos de espoliações orquestrados pelos governos Yeltsin e Putin. A depuração dos elementos mafiosos integrantes das reformas de Yeltsin não faz de Putin um representante dos interesses da classe trabalhadora. A recuperação econômica, operada sobre a classe trabalhadora pelo governo Putin – recorrendo ao expediente bonapartista –, tem como objetivo assegurar os interesses do capital que transforma a riqueza dos trabalhadores em *commodities* e serve ao complexo industrial-militar de forma análoga ao imperialismo norte-americano, colocando em risco o destino da espécie humana no planeta.



A intensificação da modernização do complexo industrial-militar tem como corolário essencial o lucro, que não passa de expressão da acumulação de mais-valia ou do mais-trabalho não pago. Nos tempos hodiernos, a crise estrutural do sistema do capital impõe a necessidade de colocar em movimento a máquina de guerra dos Estados Unidos, que consome anualmente mais de 778 bilhões de dólares, de um lado, e da segunda maior máquina de guerra do mundo, a da Rússia, que gasta 61,7 bilhões, do outro. O complexo industrial-militar consome anualmente quase 2 trilhões de dólares, uma riqueza produzida pela classe trabalhadora que se ergue como um monstro contra a própria classe trabalhadora e a humanidade, recurso este investido em produtos que devem ser destruídos na perspectiva de promover a morte de inúmeros seres humanos.

Ao invés de funcionar como uma tábua de salvação para a crise profunda do sistema do capital, a anexação da ex-URSS e da China ao mundo capitalista não atenua as contradições do sistema do capital, tão só desloca determinadas contradições de forma efêmera. Por isso, os Estados Unidos precisam acionar sua máquina de guerra a fim de interceptar o recuo de sua presença no mercado mundial, e a Rússia precisa acionar sua máquina de guerra para assegurar seu *establishment* na Eurásia contra a ameaça da OTAN. A Ucrânia não passa de um joguete dos interesses das duas maiores potências militares do mundo; ambas têm como corolário sua colonização.

O problema fundamental não é a soberania da Ucrânia, mas a correlação de forças entre as potências capitalistas num contexto de crise profunda do sistema do capital. A classe trabalhadora deve contrapor-se radicalmente à guerra, como expressão da natureza destrutiva do capital. A guerra em curso é contrarrevolucionária, pois não representa a constituição efetiva de uma alternativa para a humanidade. A classe trabalhadora deve dizer não ao imperialismo dos Estados Unidos, expresso na OTAN, e não à política bonapartista de Vladímir Putin. Nem a OTAN nem Putin representam os interesses efetivos dos trabalhadores e a necessidade de a humanidade ir além do capital.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, D. M.; PEREIRA, R. D. “A criação da Otan e sua permanência no período pós-Guerra Fria”. *Fronteira*, vol. 3, n. 5, 2004.

ALVES, M. “Guerra Rússia-Ucrânia: a extrema direita que vibra por Putin e a ‘nova ordem internacional’”. **Brasil de Fato** [04/03/2022]. Disponível em: <<https://www.brasildefatopr.com.br>>. Acesso em: 14/03/2022.

ARREGUY, J. “EUA têm 100 armas nucleares distribuídas pela Europa; Rússia exige retirada”. **UOL** [03/03/2022]. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br>>. Acesso em: 11/03/2022.



BANDEIRA, L. A. **A desordem mundial: o espectro da total dominação**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2016.

BARAN, P.; SWEEZY, P. M. **Capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

BRASIL DE FATO. “Saiba quem é Volodymyr Zelensky e como ele foi de comediante televisivo a presidente da Ucrânia”. **Brasil de Fato** [28/02/2022]. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br>>. Acesso em: 11/03/2022.

FIORI, J. L. “Depois da destruição neoliberal”. **INEEP** [2018]. Disponível em: <<https://ineep.org.br>>. Acesso em: 12/03/2022.

GALVÃO, G. P. **Rússia, em busca de seu espaço no novo contexto internacional** (Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais). Brasília: IESB, 2018.

LUZANNI, T. **Territorios vigilados**. Buenos Aires: Debate, 2012.

STEEL, R. “Expandir ou não expandir a Otan?”. **Política Externa**, vol. 6, n. 4, 1998.



BOLETIM DE CONJUNTURA (BOCA)

Ano IV | Volume 11 | Nº 31 | Boa Vista | 2022

<http://www.ioles.com.br/boca>

Editor chefe:

Elói Martins Senhoras

Conselho Editorial

Antonio Ozai da Silva, Universidade Estadual de Maringá

Vitor Stuart Gabriel de Pieri, Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Charles Pennaforte, Universidade Federal de Pelotas

Elói Martins Senhoras, Universidade Federal de Roraima

Julio Burdman, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Patrícia Nasser de Carvalho, Universidade Federal de Minas Gerais

Conselho Científico

Claudete de Castro Silva Vitte, Universidade Estadual de Campinas

Fabiano de Araújo Moreira, Universidade de São Paulo

Flávia Carolina de Resende Fagundes, Universidade Feevale

Hudson do Vale de Oliveira, Instituto Federal de Roraima

Laodicéia Amorim Weersma, Universidade de Fortaleza

Marcos Antônio Fávoro Martins, Universidade Paulista

Marcos Leandro Mondardo, Universidade Federal da Grande Dourados

Reinaldo Miranda de Sá Teles, Universidade de São Paulo

Rozane Pereira Ignácio, Universidade Estadual de Roraima